



**RJL2**  
construtora

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FAETEC

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021  
SEI Nº26005/000037/2021

*Recorrido em  
11/06/2021  
à 16h com m.  
Montem*

**CONSTRUTORA RJL2 LTDA**, já qualificada anteriormente, nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu representante que esta subscreve, pede vênica a Ilustre Comissão de Licitação, para oferecer suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo impetrado pela empresa **ENGE-WALL CONSTRUÇÕES LTDA**, o que faz tempestivamente e na melhor forma de direito, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

• **DA NECESSIDADE DE MANUTENÇA DA DECISÃO DA I. COMISSÃO**

Antes de adentrar ao mérito, ressalta-se que a respeitável decisão da Ilustre Comissão Permanente de Licitação merece ser mantida por nortear-se, como de estilo, em fundamentos legais e princípios de direito pertinentes, em especial o art. 37, XXI, da CRFB/88 e as normas contidas na Lei nº 10.523/2002, bem como os princípios da legalidade, competitividade e economicidade.

A Ilustre Comissão de Licitação após análise da documentação de habilitação declarou, em acertada decisão, habilitada a Recorrida, haja vista que cumpriu as normas editalícias.

O Recurso interposto pela Recorrente sustenta que a Recorrida deve ser inabilitada, por não ter comprovado a qualificação técnica exigida no edital, tendo em vista não ter apresentado qualificação técnica para execução do objeto licitado.



Em verdade, a Recorrente tenta induzir essa Ilustre Comissão ao erro, a empresa **RJL2** apresentou duas declarações do profissional Engenheiro Elétrico Fábio de Paula Carvalho conforme a própria **Enge Wall** confirma, atendendo as normas do edital,

#### DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O profissional **SIDNEY KAIZER DE OLIVEIRA**, Engenheiro Civil, apresentou o atestado nº 48582/2017, o mesmo atende aos itens de Relevância técnica do edital;

- Execução de serviços de inspeção interna não destrutiva em rede de esgoto sanitário e/ou águas pluviais por meio de imagem
- Execução de serviços com equipamento hidrojato, "Sewer-Jet" e/ou "VacAll"

A profissional **RITA DE CÁSSIA SILVA**, arquiteta e urbanista, comprovou sua capacidade técnica através dos atestados nº 00340320 / 005288803 / 414608.

Com relação a qualificação técnica, a Recorrente produz argumentos de interpretações de extrema literalidade, sem levar em consideração as técnicas aplicadas nos serviços, mas sim as dimensões e características de alguns insumos.

Em verdade, a Recorrente tenta induzir essa Ilustre Comissão ao erro. Os serviços contidos nos referidos atestados de capacidade técnico nº **00340320** da Recorrida consistem em, MANUTENÇÃO DOS EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES DA SEDE DO INEA, SEU ANEXO E 31 UNIDADES DESCENTRALIZADAS, LOCALIZADAS EM DIVERSOS BAIRROS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, e

nº **00528803** - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA OBRAS DE MANUTENÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (em andamento), e





**RJL2**  
construtora

nº **414608** - PROJETO EXECUTIVO E OBRAS DO CINTURÃO DE DRENAGEM E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA PRAIA DE SEPETIBA – RJ,

Os atestados acima atendem a Relevância técnico-profissional, conforme solicitado às folhas 44 do Termo de Referência.

A Recorrente omitiu que os serviços referente aos atestados nº 00340320 e 00528803 são contínuos, isto é, a aplicação das técnicas são empregadas durante todo o período contratual. Difere-se de uma execução de obra, no qual o atestado parcial indica a execução de determinada fase da obra. Nessa hipótese é diferente o atestado de capacidade técnica expedido por esta edilidade indicou a execução de todos os itens dos serviços.

Em regra, esses contratos são firmados com vigência de 12 ou 24 meses. E são prorrogados, de acordo com a conveniência da Administração Pública. Por esta razão, o atestado de capacidade técnica é parcial, pois naquela oportunidade de sua expedição o referido contrato encontrava-se em execução há aproximadamente 03 (três) anos. ***Não há decisão mais razoável e congruente do que da Ilustre Comissão, tendo em vista a própria Administração Pública que prorrogou o contrato por duas vezes e declarou sua capacidade técnica, neste processo licitatório a declarou habilitada. É obvio, seria inacreditável decisão contrária.***

Enfim, dois pontos relevantes que consubstanciam a manutenção da decisão, ora recorrida: (i) No atestado de capacidade técnica nº **00340320** o **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA** – declarou que a Recorrida EXECUTOU (verbo no pretérito perfeito) pelo prazo de 897 DIAS (edital prevê apenas 365 dias), todos os serviços relacionados no contrato. (ii) Se o contrato não tivesse sido prorrogado o atestado seria definitivo, ora incongruente e distorcida a alegação da Recorrente, impondo-se se levar em consideração a forma de execução do objeto licitado e o atestado de capacidade nº **00528803** informa que executou até a data de 29/10/2018, 363 dias, como o mesmo foi emitido em 08/11/2018 ou seja um prazo superior a 365 dias e por se tratar de um contrato de manutenção (serviços contínuos) o mesmo continua vigorando.

## DOS FUNDAMENTOS JURIDICOS

As asserções trazidas pela Recorrente são infundadas e não devem ensejar a modificação da decisão da Comissão de Licitação. Pois, clarividente o cumprimento pela Recorrida da norma editalícia. As razões recursais tem por objetivo violar a finalidade da licitação, qual seja, de proporcionar igualdade de condições aos interessados em contratar com a Administração Pública e selecionar a melhor proposta para a coletividade. O princípio da competitividade é corolário desta finalidade, pois por meio da competição se obterá o melhor preço. Assim, acolher as suposições da Recorrente é afastar uma concorrente do processo de licitação sem razão, afetando a **competitividade** do certame. Nesse sentido tem orientado o Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

*“As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa”<sup>1</sup>*

Além disso, preceitua Marçal Justen Filho: “Se o interprete olvidar os princípios jurídicos fundamentais, acabará perdido diante das palavras da lei”.<sup>2</sup>

Dessa forma, a habilitação e classificação da Recorrida se coaduna com os princípios da licitação pública, com a lei e com as normas do edital, não passando o recurso interposto de mera tentativa de modificar a decisão por mero inconformismo.

É cediço que, nas licitações impera-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme previsão expressa no artigo 41 da Lei Federal nº. 8.666/93. Em sendo lei, o edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada aos seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame, não sendo possível qualquer alteração posterior. Trata-se de

<sup>1</sup> MS nº 5.606/DF, rel. Min. José Delgado). Entendimento renovado no Resp 512.179/PR, rel. Min. Franciulli Netto.

<sup>2</sup> FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª Ed. São Paulo: Editora Dialética. 2005. pag. 58.





garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

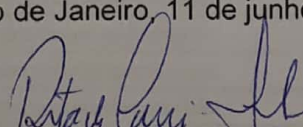
A Administração e as licitantes ficam restritas aos que lhes é solicitado ou permitido no edital. No instrumento convocatório constam todas as regras a serem seguidas, estando todas as licitantes cientes de suas vedações e permissões.

- **DO PEDIDO**

Ante o esposado, é de fácil percepção que a Recorrida comprovou sua capacidade técnica e cumpriu todos os termos do edital. Desse modo, deve permanecer incólume a respeitável decisão da Ilustre comissão de licitação, que aplicou devidamente as normas legais e os princípios de direito atinentes ao caso. Em prosseguimento, requer, que seja mantida a habilitação em favor da Recorrida.

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**CONSTRUTORA RJL2 LTDA**  
CNPJ:17.204.881/0001-65  
Rita de Cássia Silva  
SÓCIA



### TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Hash: E1F2727F-AF66-429C-B345-60395F972E04

Órgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DNRC	0,00	0,00

## Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

[illegible]

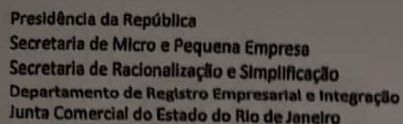
Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
4	1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA  
NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF76FAA045  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe



Pag. 1/8





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1005319-1

**Tipo Jurídico**

Sociedade empresária limitada

## Porte Empresarial

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2020/165791-0

25/08/2020 22:34:25

## JUCERJA

Último arquivamento:

00003570032 - 04/04/2019

NIRE: 33.2.1005319-1

CONSTRUTORA RIL2 LTDA

**Boleta(s):** 103456829

Hash: E1F2727F-AF66-429C-B345-60395E972E04

Órgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DREI	0,00	0,00

**REQUERIMIENTO**

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**CONSTRUTORA RJL2 LTDA**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
002

[illegible]**Requerente**

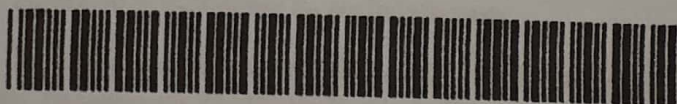
<b>Nome:</b>	Wilma Maria de Paula Santos
<b>Assinatura:</b>	ASSINADO DIGITALMENTE
<b>Telefone de contato:</b>	2131992001
<b>E-mail:</b>	wilma.santos1961@hotmail.com
<b>Tipo de documento:</b>	Digital
<b>Data de criação:</b>	25/08/2020
<b>Data da 1ª entrada:</b>	

## Rio de Janeiro

## Local

25/08/2020

## Data



00-2020/165791-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045  
Para validar o documento acesse <http://www.incra.gov.br>

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 2/8

Digitizado com Cam



**4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
CONSTRUTORA R JL2 LTDA**

**NIRE: 33.2.1005319-1**

**CNPJ: 17.204.881/0001-65**

1. **RITA DE CÁSSIA SILVA**, brasileira, solteira, arquiteta e urbanista, CPF 892.046.467-72, RG 06.973.930-8 DETRAN- RJ, Residente e domiciliada na Rua Marechal Falcão da Frota nº 240, casa 08 – Realengo – Rio de Janeiro – RJ- Cep 21.735-662;
2. **MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, técnica em edificações, CPF 778.747.817-91, RG 06708680-1 IFP-RJ, Residente e domiciliada na Rua Evanir Pereira da Costa n 101, Bangu – Rio de Janeiro – RJ, Cep 21.815-280.

Únicas sócias componentes da sociedade empresária limitada denominada **CONSTRUTORA R JL2 LTDA**, inscrita no CNP 17.204.881/0001-65, com contrato social arquivado sob o Nire 332.1005319-1, com sede na Rua Sacadura Cabral, 120, sala 609, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, Cep 20.081-262, resolvem proceder com a sua quarta alteração contratual, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira:** Altera-se o endereço para:

Rua Sacadura Cabral nº 120, salas 501, 502 e 503, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, Cep 20.081-262.

**Cláusula Segunda:** Altera-se as atividades da sociedade para:

Projetos, Estudos, Serviços de Engenharia, Execução de Obras de Edificação, Conservação, Dragagem, Drenagem, Saneamento, Gestão de Redes de Esgoto, Transporte de Dejetos, Manutenção e Reparos em Edifícios, Locação de Máquinas e Equipamentos, Obras Portuárias Marítimas e Fluviais, Limpeza de Prédios e Domicílios.

Em decorrência desta alteração, a que se pretendem, as sócias resolvem dar nova redação e consolidar o contrato social, que passa a vigorar com as seguintes cláusulas e condições:

1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA R JL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 3/8



**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO  
CONSTRUTORA RJL2 LTDA****Nire: 33.2.1005319-1****Cnpj: 17.204881/0001-65****Cláusula Primeira:**

A sociedade empresária limitada girará sob a denominação social de **CONSTRUTORA RJL2 LTDA** com sede no Estado do Rio de Janeiro, com estabelecimento na Rua Sacadura Cabral nº 120, sala 501,502 e 503- Saúde - Rio de Janeiro - RJ, Cep 20.081-262, sendo sua duração por prazo indeterminado, podendo a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências, em qualquer parte do território nacional.

**Cláusula Segunda:**

A sociedade terá por objetivo as atividades de Projetos, Estudos, Serviços de Engenharia, Execução de Obras de Edificação, Conservação, Dragagem, Saneamento, Gestão de Redes de Esgoto, Transporte de Dejetos, Manutenção e Reparos em Edifícios, Locação de Máquinas e Equipamentos, Obras Portuárias Marítimas e Fluviais, Limpeza de Prédios e Domicílios.

**Cláusula Terceira:**

O capital da sociedade é de R\$\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), dividido em 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalmente integralizadas neste ato em moeda corrente do país, estando distribuído entre as sócias da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
RITA DE CÁSSIA SILVA	1.140.000	95	1.140.000,00
MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO	60.000	5	60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.200.000</b>	<b>100</b>	<b>1.200.000,00</b>

**Parágrafo Único:** A responsabilidade das sócias é limitada ao valor de suas cotas do capital social, mas todas respondem solidariamente pela integralização do mesmo.

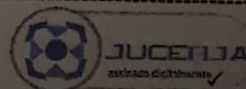
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 4/8



**RJL2**  
construtora

**Cláusula Quarta:**

O uso da firma nos documentos oficiais da sociedade, bem como a função de administração será exercido por todos os sócios em conjunto ou isoladamente, porém somente em negócios de exclusivo interesse da empresa, sendo expressamente vedado seu uso em avais, fianças e outros atos de mera liberdade.

**Parágrafo Primeiro:** A responsabilidade técnica das atividades de Engenharia e Arquitetura fica a cargo da sócia **RITA DE CÁSSIA SILVA** e/ou um profissional devidamente registrado no CREA ou CAU que ficará responsável pelo Departamento Técnico da Sociedade, com absoluta autonomia em seus assuntos.

**Parágrafo Segundo:** As sócias poderão transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dividas e firmar compromissos.

**Parágrafo Terceiro:** As sócias poderão alienar, adquirir, onerar bens e conferir direitos.

**Parágrafo Quarto:** As sócias poderão constituir mandatários ou procuradores especificando no instrumento de procuração os atos e operações que poderão praticar.

**Parágrafo Quinto:** É vedado as sócias administradoras o uso da denominação social para conceder avais, fianças em assuntos estranhos á sociedade. Ficam as sócias administradoras dispensadas de prestar caução.

**Cláusula Quinta:**

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento das demais sócias a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a Alteração Contratual pertinente.

**Cláusula Sexta:**

Somente a sócia administradora **RITA DE CÁSSIA SILVA** poderá efetuar retiradas mensais "Pró-labore", que será estipulada de comum acordo, sempre dentro do que determina a legislação vigente, levadas a débito de "Despesas Gerais".

3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 5/8



**Cláusula Sétima:**

O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um Balanço Geral para apuração dos resultados, sendo os lucros ou prejuízos apurados, divididos ou suportados pelas sócias, proporcionalmente as cotas de cada uma.

**Cláusula Oitava:**

Em caso de retirada, ou morte ou interdição de uma das sócias, a sociedade se dissolverá assumindo o Ativo e o Passivo da Sociedade a sócia remanescente em seu nome individual, que pagará aquela que deixar de fazer parte da Sociedade por qualquer dos motivos expostos, ou a seus herdeiros ou sucessores, haveres que couberem a mesma por Balanço levantado na data do evento, da seguinte maneira: 30 (trinta) dias imediatamente subsequente ao evento, 40,00% (quarenta por cento) e os restantes 60,00 (sessenta por cento) em 10 (dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento, não vencendo juros.

**Cláusula Nona:**

As sócias **RITA DE CÁSSIA SILVA** e **MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Décima:**

Os casos omissos serão regulados pelo Código comercial Brasileiro e demais Leis que regem a matéria.

**Cláusula Décima Primeira:**

Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro (Capital), para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

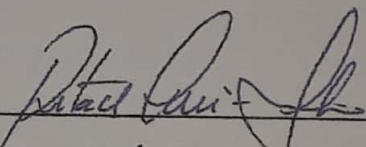
Pag. 6/8

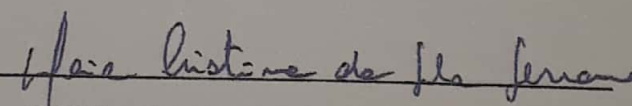


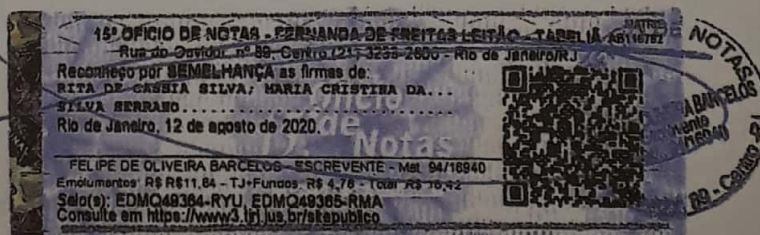
**RJL2**  
construtora

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto nesta Alteração de Contrato Social foi acordado, obrigam-se a cumpri-la, assinando-a em uma via.

Rio de Janeiro 31 de julho de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
RITA DE CÁSSIA SILVA

  
\_\_\_\_\_  
MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO



5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 7/8